

ANEXO I

DECLARAÇÃO

1. ...⁽¹⁾, titular do bilhete de identidade nº..., residente em ..., na qualidade de representante legal de ...⁽²⁾, declara sob compromisso de honra, que a sua representada ⁽³⁾:

a)-Se encontra em situação regularizada relativamente a dívidas por impostos ao Estado Português;

b) – Se encontra em situação regularizada relativamente a dívidas por impostos ao Município de Cascais;

c)- Se encontra em situação regularizada relativamente a dívidas por contribuições para a segurança social em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou onde se encontre estabelecido/a);

d)- Não se encontra em estado de falência, de liquidação ou de cessação de atividade, nem tem o respetivo processo pendente;

e) – Não foi condenado/a, por sentença transitada em julgado, por qualquer delito que afete a sua honorabilidade profissional nem foi disciplinarmente punido/a por falta grave em matéria profissional ⁽⁴⁾;

f) – Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do nº.1 do artº.21º.do Decreto Lei nº.433/82, de 27 de Outubro, com redação introduzida pelo Decreto Lei nº.244/95,de 14 de Setembro ⁽⁵⁾;

g) – Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista no nº.1. do artº.nº.5 do Decreto Lei nº.396/91, de 16 de Outubro ⁽⁵⁾;

h) – Não foi objeto de aplicação de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal (ou no Estado membro da União Europeia de que é nacional ou onde se encontra estabelecido/a);



2. O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a exclusão da proposta apresentada, bem como da participação à entidade competente para efeitos de procedimento penal.

3. Quando a entidade adjudicante o solicitar o concorrente obriga-se, nos termos fixados no artº.39º. do D.L.nº197/99, a apresentar documentos comprovativos de qualquer das situações referidas no ponto 1. desta declaração.

O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina, para além da sua exclusão do procedimento ou da anulação da adjudicação que eventualmente lhe seja efetuada, consoante o caso, a impossibilidade de, durante dois anos, concorrer a procedimentos abertos pela Câmara Municipal de Cascais (6).

_____/____de _____de 2012

_____(7)

(Assinatura)

(1) Identificação do concorrente pessoa singular ou do/s representante/s legal/ais do concorrente, se se tratar de pessoa coletiva, com a indicação do nome, estado, profissão e residência, ou firma e sede.

(2) Só aplicável a concorrentes pessoas coletivas.

(3) No caso de concorrente pessoa singular suprimir a expressão "a sua representada".

(4) Se foi objeto de condenação, indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.

(5) Se foi objeto dessa sanção, indicar se já decorreu o período de inabilidade legalmente previsto.

(6) Se foi objeto dessa sanção, indicar se já decorreu o prazo de prescrição legalmente previsto

(7) Assinatura do concorrente pessoa singular ou do/s representante/s legal/ais do concorrente, se se tratar de pessoa Coletiva